

RELENDO A TEORIA MARXISTA DA HISTÓRIA

José Paulo Netto

Eu também queria começar agradecendo o convite para participar desse IV Seminário Nacional, um convite que muito me honra, por esta mesa, pela presença de vocês. E dizer logo de cara de uma certa sensação de desconforto – quem fala por último geralmente tem várias vantagens, mas no caso aqui eu só tenho desvantagens – tendo em vista a exposição brilhante do Prof. De Decca, pela intervenção sistemática do Prof. José Carlos, e sobretudo pelo fato de eu não pertencer profissionalmente nem à área da educação e nem ser um historiador profissional. Minha área tem sido aquela tradicionalmente conhecida como das Ciências Sociais, que eu prefiro chamar de Teoria Social, mas também não é ciência. E sobretudo, de um ponto de vista que nesse momento parece inteiramente jurássico. Minha leitura do real ainda permanece teimosamente marxista.

De qualquer maneira, a primeira preocupação que me ocorreu - eu preparei também um textinho já que não consigo improvisar - mas a primeira preocupação que me ocorreu foi quando eu acordei hoje no hotel. Eu descii do hotel para vir a esse debate, tomei um ônibus, como alguns dos companheiros aqui e viajei cerca de vinte minutos. Nós não estamos fazendo um debate em um lugar inocente. Prof. De Decca lembrava da USP, ele é jovem, não é do tempo da Maria Antonia, provavelmente. É? Então é contrastante, é bom, nós estamos num lugar que é um lugar asséptico. Eu não vejo trabalhador, eu não vejo topos urbano, não é? É um gueto. É por acaso este debate neste lugar? Não é interessante que o CNPq pague para um marxista vir aqui tecer elaborações sobre a sociedade? Eu acho que pensar historicamente, traduzindo um pouco o nosso tempo e o lugar de onde falamos, implica partir dessas preocupações mais banais. Por que eu digo isso? Quero concordar inteiramente com a brilhante intervenção do Prof. De Decca quando ele chamava atenção para essa fragmentação. Essa fragmentação é absolutamente indiscutível. Eu a vejo, acho que a aposta numa futura síntese é uma aposta interessante. Mas eu sou muito pessimista com relação a seus efeitos contemporâneos. E digo porque. Nunca nós insistimos tanto no interior dessa instituição (a universidade), não por acaso nesse gueto, guardado da vida social, isoladinho, limpo, asséptico, aqui não tem problema (vão começar a surgir os problemas, quem trabalha na Universidade Federal vai ter mais um ano sem aumento) parece que a crise lá da Ásia tem algo a ver com isso, há uma fragmentação no nosso olhar sobre o real, sobre o social, sobre os reais, e no entanto, segundo - e me perdoem trazer essa informação aqui, ela parece excêntrica - segundo informe do Banco Mundial de 95, estranhamente pouco citado pelos nossos economistas, 358 grandes executivos controlam o fluxo de bens e serviços no mundo. Cada vez mais insistimos e sofremos a vinculação das lógicas mercantis no nosso saber. E no entanto, isso implica cada vez mais nas autonomias do que realizamos. E supõe que haja aí um paradoxo, que não deve nos levar a perplexidades só. Deve nos levar a indagar se essa condição pós-moderna que vivemos objetivamente, que não é um mito, não é uma criação mistificadora, mas se ela não mantém raízes que vão além do horizonte que o nosso olhar está alcançando. Nesse sentido a mim me preocupa muito o debate, na área - vamos conservar a terminologia - das Ciências Humanas e Sociais, essa zona de sombra que tende a ser cada vez mais corporativa. Eu me indago, e a lembrança dos nossos Departamentos (e não vale só para a pós não, vale para a graduação também) se a organização dos nossos Departamentos hoje não é

puramente feudal. Se nós não criamos objetos inteiramente imaginários e com isso garantimos toda uma estrutura, que eu diria que é uma estrutura clientelista, nepótica, freqüentemente despótica dentro das universidades. E eu me pergunto se esses nossos olhares, para além da epiderme, que é significativa no tempo presente, estão alcançando seus mecanismos moleculares. Isso sobretudo me afeta diretamente, na medida em que, trabalhando com as Ciências Sociais – e eu falo do alto dos meus cabelos, da minha barba branca – depois de quebrar a cara e ler bastante descobri que em Ciência Social, chamemo-la assim, não se disse nada de novo desde 1920, quando Weber morreu. Eu tenho o mesmo problema que muitos de vocês aqui seguramente têm, com os meus orientandos. O menino acha Foucault a inauguração do mundo, mas ele nunca leu Nietzsche. Evidente, é um problema.

As coisas se tornam mais sérias quando se cancela sumariamente o Século XIX. Marx, Weber, Durkheim, essas são figuras do museu da cultura contemporânea. A minha intervenção vai no sentido oposto. E ela é intencionalmente polêmica. Eu penso que nós não entenderemos o tempo presente sem o aporte substantivo dos grandes pensadores da modernidade. E é preciso conhecê-los para criticá-los. Eu trabalho numa universidade onde no primeiro semestre, do primeiro ano, os jovens de 17 para 18 anos, chamam um professor simpático e diz: os paradigmas da modernidade estão colapsados. E é até provável que estejam, por favor, é até provável que estejam. Mas há que conhecê-los!.

Queria começar dizendo para vocês que eu também participo de uma idéia que foi exposta aqui na mesa. Eu acho que o bom conhecimento teórico-metodológico não garante, de partida, êxito de pesquisa nenhuma. Não sou anarquista metodológico, mas podia citar inúmeros exemplos, em várias áreas das chamadas Ciências Sociais, e inclusive da história, que mostram claramente que não é a preparação teórico-metodológica que garante o êxito da pesquisa ou da investigação. O que garante o êxito da pesquisa, da investigação, é a riqueza cultural do sujeito que pesquisa. Investigador ignorante, pesquisa estreita. Investigador rico, resultados fecundos e instigantes. E é evidente que essa riqueza do pesquisador implica o conhecimento de vários modelos e padrões analíticos e ele tem que trabalhar segundo as suas opções que devem ser explicitadas. Nesse sentido, eu queria fazer um retorno, claro, que com o olhar de 1997, olhar da crise do socialismo, crise terminal, crise final, um olhar dessa vida que aparece aparentemente fragmentada e autonomizada. Eu penso que ela não está nem fragmentada nem autonomizada. Com esse olhar eu me proponho a revisitar o que penso ser a concepção de história de Marx. Seguramente não é a concepção de história das três leis da dialética, por favor, mas é uma releitura que me parece fecunda nos tempos contemporâneos.

Eu começaria dizendo que embora considere importante a distinção entre Filosofia e Teoria da História – essa distinção não me parece uma distinção gratuita – eu penso que com ela não se pode enfrentar produtivamente a problemática teórico-metodológica da História. Assim, ao pensar na Teoria da História nos marcos da tradição teórica fundada por Marx, o procedimento que eu reputo como o mais adequado, é aquele segundo o qual toda a Teoria da História supõe necessariamente um substrato filosófico. Sabendo um pesquisador que o tenha ou não, tendo um controle racional sobre ele ou não – freqüentemente quem fala que não gosta de filosofia está marcado por filosofias extremamente conservadoras – mas isso não significa em absoluto que tomemos a filosofia no sentido, eu diria tradicional, dos velhos sistemas filosóficos especulativos fechados. Entretanto, e mesmo levando em consideração essa cautela

de princípio, também parece muito discutível pensar o tema da Teoria da História na Teoria da Metodologia a partir do caso do meu ângulo de análise da idéia de uma teoria marxista da história. Assim como eu estou convencido de que nunca existiu essa tiragem quimicamente pura, ideologicamente pura, teoricamente pura, - o marxismo - também não existe uma teoria marxista da história. O que se convencionou designar como marxismo, é um compósito campo teórico-cultural, teórico-político, onde convivem e se entrecruzam e freqüentemente colidem e se chocam, variadas correntes intelectuais e práticas interventivas; por isso mesmo existem teorias marxistas da história, em maior ou menor escala, vinculadas às distintas correntes do pensamento marxista e isso sem contar a influência exercida por essas correntes sobre outras vertentes teórico-metodológicas. O reconhecimento dessa pluralidade de concepções teóricas é um imperativo posto pela análise da realidade do desenvolvimento da tradição teórica fundada por Marx. A sua diferencialidade me parece incontestável. Não vejo como negá-la se examinamos as elaborações de um Gramsci, de um Ernst Bloch, de um Lukacs, de um Benjamin, ou mesmo as investigações, pensando nos Ingleses, de um Hill, de um Thompson, de um Hobsbawm, ou de um Anderson. Um tal reconhecimento, entretanto, não pode iludir a necessidade de uma investigação rigorosa acerca de sua maior ou menor fidelidade metodológica a Marx. Fidelidade que obviamente não tem nada a ver com qualquer interpretação talmúdica ou fundamentalista da teoria marxiana. É claro que esse problema não há de ser abordado aqui, mas a menção a essa pluralidade me é importante por duas razões: primeiro, infirma qualquer crítica genérica às teorias marxistas da história, por mais pertinentes que sejam, se referidas a manifestações teóricas particulares. O que quero dizer com isso é que uma crítica radical, por exemplo, de Althusser, como aquela que foi elaborada por Thompson, isso infirma a elaboração althusseriana e não a matriz teórica uma vez que essa matriz é uma matriz pluralizada. Em segundo lugar, ela obriga que a exposição dos marxistas acerca de suas concepções teóricas explicita sempre a sua vinculação concreta a um referencial próprio do campo marxista.

Em obediência a essa segunda razão, a minha exposição vai referir-se especificamente a Marx, ao que poderíamos chamar de uma teoria marxiana da história. As implicações quanto à primeira dessas observações eu aludirei no fim da minha intervenção. Um pressuposto da minha análise, que não pode ser desenvolvido aqui, mas que colide com algumas contribuições célebres, por exemplo a contribuição althusseriana, é que a partir de 1843, mais exatamente a partir daquele texto célebre, o famoso manuscrito de 1844 há uma inteira unidade na obra marxiana, sem prejuízo de inflexões que sinalizam na crescente compreensão teórica da investigação de Marx. A minha hipótese é a seguinte: a partir de 1843 e até seus últimos textos que são de 1879, 80, - nos últimos três anos Marx não produziu nada, na verdade a partir de 1875 se registra uma curva decrescente da sua produtividade - a partir de 43, há uma unidade na obra marxiana. E essa unidade é dada pelo objeto de investigação. Que objeto é esse? a gênese do desenvolvimento e as possibilidades de crise da ordem burguesa. Esse é o objeto de Marx. Esse meu pressuposto sustenta a tese de que, ao longo de sua trajetória intelectual, a partir de 1843, Marx articula e desenvolve uma teoria da história. Essa teoria, cujos nódulos mais elementares podem ser rastreados nos manuscritos econômico-filosóficos de 1844, encontra as suas primeiras expressões nos textos de 45, 46, em parceria com Engels, notadamente a Ideologia Alemã, mais individualmente as Teses sobre Feurbach e se explicita nitidamente em 1847, 48, na Miséria da Filosofia e, com Engels, no Manifesto do Partido

Comunista. Essa teoria da história, ou essa concepção de história está, penso eu, na base da leitura que Marx vai fazer nos anos 50 e 60, da dinâmica capitalista através de um trabalho de pesquisa que não parte do nada, mas sintetiza criticamente os teóricos que são constitutivos da cultura ocidental. Quero sinalizar aqui que não penso que Marx, como todo grande pensador, aliás, é um raio repentino em céu sereno. Menos que chamar a atenção daquilo que é inovador em Marx, acho que a pesquisa, agora, deve se centrar naquilo que Marx continua enquanto herdeiro das grandes tradições do pensamento ocidental. Eu mais adiante vou chamar a atenção para isso, porque no bojo dessa discussão há uma questão central para a história, que é a própria noção de verdade. Pois bem, no marco dessa elaboração, o que Marx alcança é um conjunto de categorias ontológicas nucleares que permitem a reprodução ideal do movimento real da sociabilidade. Quero também deixar claro o seguinte: essa releitura de Marx me parece que infirma boa parte da tradição do chamado Marxismo iluminista que entendia a obra de Marx como uma concepção teórica geral sobre a natureza e sobre a sociedade. Sem descartar a necessidade de estudar a estrutura da natureza de um ponto de vista filosófico, ou seja, de partida não tenho nada contra mas também não tenho nada a favor com relação à chamada “dialética da natureza”, eu penso, contudo, que a leitura de Marx é uma leitura da realidade social. Precisamente essas categorias e as suas articulações estão na base do que eu chamo de teoria marxiana da história. Entre todas as categorias fundantes da arquitetura teórica de Marx ocupa lugar central a categoria de práxis, sobre a qual correu tinta em demasia desde as investigações de Lukacs e Gramsci dos anos 20 aos estudos de Marcuse, Lefebvre e Vázquez. É precisamente sobre a concepção do homem como ser prático e social que repousa na idéia capital do trabalho como forma modelar de práxis, vale dizer, o único modo de criação, é precisamente a partir dessa concepção que Marx elabora a sua teoria da história. Nela se ancoram todas as demais categorias nucleares com que Marx opera entre as quais destaco as de totalidade, negatividade e mediação sinalizando o fato de que há uma enorme riqueza categorial na obra de Marx que é, talvez, entre os autores da modernidade, aquele que mais construiu categorias. Vou me ater às mencionadas porque me parece que elas articulam a sua arquitetura teórica. Repito, porém, que todas as categorias só adquirem o seu estatuto concreto se portadas pela de práxis. Qual é essa concepção de história de Marx? eu diria que a teoria marxiana estruturada com essas categorias sustenta a história como: *primeiro* um processo objetivo, *segundo* medularmente contraditório, *terceiro* no qual concorrem sujeitos coletivos, *quarto* que, determinados socialmente, atuam com diferentes graus de *cinco* consciência e *seis* com teleologias diversas. Em outras palavras, quanto ao processo objetivo, isso significa que se trata de uma processualidade que porta em si mesma uma especificidade primariamente independente das representações que dela façam os sujeitos; *segundo*, esse processo é contraditório já que ele é marcado pela tensão entre os interesses sociais que circunscrevem os diferentes sujeitos em presença; *terceiro*. é um processo com sujeitos, seus sujeitos reais não se plasmam como personalidades singulares, mas como grupos sociais vinculados por interesses comuns; *quarto*, projetos que são conduzidos por sujeitos determinados, isto é, tais sujeitos não se constituem aleatoriamente, mas segundo imperativos e possibilidades que se colocam concretamente nos espaços e tempos precisos; *quinto*, são sujeitos conscientes, ou seja, esses sujeitos não atuam cegamente mas direcionados pelo maior ou menor grau de conhecimento que têm dos limites e possibilidades da sua ação. E *seis*, é um processo que é marcado pela ação dos sujeitos que têm finalidades, têm intenções sendo, pois, um processo

tencionado por sujeitos com suas próprias teleologias. Cada objetivo do processo histórico responde com um aparente paradoxo, os seus sujeitos atuam com intencionalidades determinadas mas o processo em si mesmo carece de intencionalidade, vale dizer, a história não tem uma finalidade imanente e o reconhecimento daquelas intencionalidades, se quiser, os projetos que mobilizam tais sujeitos, afirmam a história como um espaço de tensão entre a necessidade posta pelas determinações sociais concretas e a liberdade posta pelo horizonte de fins que animam os sujeitos, mas concretamente, afirmam a história como um campo aberto de possibilidades. Essa teoria da história sustenta a primeira análise de Marx do modo de produção capitalista contida como todo mundo sabe na Miséria da Filosofia. Articula a primeira expressão programática teórica proletária (Manifesto do Partido Comunista) e os primeiros estudos concretos de Marx (As Lutas de Classe na França, 48/50, o 18 Brumário, já mencionado aqui) mas é ela que ganhará plena compreensão a partir dos fundamentais estudos dos anos 57/58, consignados nos manuscritos conhecidos por "Grundrisen" que abrem a via para a elaboração do capital. Aqui, em 1857/58, na culminação do itinerário de pesquisa e de intervenção desenvolvida desde 43/44, essa teoria da história se configurará como uma teoria da ordem burguesa. É isso o capital, a reprodução ideal do movimento real de um objeto determinado: a sociedade assentada na dominância do modo de produção capitalista. Eu tenho me referido até aqui à teoria marxiana da história, parece necessário distinguir claramente a essa altura o plano ontológico do plano reflexivo, ainda que a reflexão de Marx na contracorrente de boa parte do pensamento da modernidade seja orientada ontologicamente. Isso que eu estou sinalizando como teoria marxiana, é a reprodução ideal, isto é, o domínio pela consciência teórica do movimento real da história. Reprodução tornada possível graças ao arsenal de categorias elaboradas racionalmente no exame do objeto social. A elaboração dessas categorias, sua articulação e sua eficácia analítica, mesmo que estreitamente vinculadas àquele momento real, possui uma legalidade que lhe é imanente, ou não seria teoria, seria o próprio objeto. A teoria marxiana da história, assim, reproduzindo o movimento do objeto, não se identifica com ele; faz com ele uma unidade, mas não mantém com ele uma relação de identidade. Nesse sentido, Marx opera numa concepção de verdade objetiva que Aristóteles instalou no pensamento Ocidental. Eu creio que essa é uma questão que atravessa todas as nossas polêmicas: qual é a noção de verdade com a qual nós estamos trabalhando, não é? Nós sabemos que uma das características da modernidade é promover um deslizamento, um deslocamento, colocar em questão a noção que eu chamaria clássica, a noção de verdade formulada por Aristóteles, que é uma noção ontológica. É bom definir logo de partida: Marx trabalha com essa noção. Para Marx, a verdade é - para retomar a fórmula eu diria aristotélica - a coincidência, o encaixe, digamos assim, de uma representação teórica com um objeto que a antecede, objeto não necessariamente material. O que distingue Marx dessa linha de continuidade é que o critério de verdade para ele não é um critério da consciência solipsista; é a prática social que aparece como critério de verdade. A questão da teoria, ou mais exatamente, da reprodução ideal do movimento real, remete diretamente à questão do método. Eu creio que isso nos interessa particularmente, aceitemos ou não ou supostos com os quais Marx trabalha. Nós sabemos que Marx pouquíssimas vezes se deteve numa discussão estritamente metodológica. Quem rastreia, quem conhece a obra de Marx sabe que em pouquíssimos momentos ele dedicou uma atenção autônoma ao tratamento dos problemas metodológicos. Mais uma vez o põe na contra corrente da modernidade. Isto ocorre em 1944,

45, em 47 e em 57, 58; fora disso, as alusões em Marx à questão metodológica são verdadeiramente residuais, o que não me parece espontâneo. Isso se explica pelo fato de que nele o interesse epistemológico está sempre subordinado à direção ontológica da sua reflexão. Quando ele discute método ele o faz sempre conectando a discussão do método a um objeto preciso. Isso por uma razão óbvia: na medida em que põe a teoria como reprodução ideal do movimento real do objeto, a relação do sujeito que queira reproduzi-lo (o objeto) não pode ser aleatória, mas deve ser uma relação determinada, numa perspectiva que permita apreender a dinâmica do objeto. Assim, antes que um conjunto de regras formais e intelectivas, como ocorre, por exemplo, com a sociologia positivista de Durkheim, ou antes que a prescrição de procedimentos para a construção de modelos ideal-abstratos, como a sociologia compreensiva de Weber, a questão metodológica aparece em Marx como aquela relação reflexiva que permite ao sujeito apropriar-se da dinâmica do objeto. Na introdução que abre os manuscritos de 1857, 58, Marx explicita claramente o procedimento metodológico que guia a sua investigação. E os retornos à questão do método, os prefácios e os posfácios do capital, não acrescentam nada de substantivo ao que é expressamente sistematizado. Quando ele tematiza o método da economia política ele esclarece suficientemente, seja a elaboração categorial, seja o trato do material empírico. Para além da riqueza e da problematicidade desse texto seminal, o que me importa assinalar é que nele se enfeixa o essencial do trato metodológico de Marx. Ai se esclarece que a elevação do abstrato ao concreto implica a crítica genética estrutural, que a determinação do caráter totalizante da realidade, caráter que lhe é imanente segundo Marx, resulta da pesquisa das mediações e que a reprodução do concreto pela via racional supõe a via da abstração. Se isso é verdade, as implicações são as mais fecundas. O mais importante está na determinação essencial de que a crítica é, de fato, a característica do conhecimento teórico para Marx. Para ele o conhecimento teórico é necessariamente conhecimento político. A determinação essencial é que a crítica das condições da produção da vida material é somente o ponto de partida para a reprodução teórica do movimento social. Ponto de partida metodológico, não mais do que isso. A crítica das condições da produção da vida material abre a via à reprodução ideal que é simultaneamente explicação e compreensão do conjunto do movimento social, mas não a realiza direta ou necessariamente. Trocando em miúdos, crítica das condições, ou melhor, conhecimento teórico das condições de produção e reprodução da vida material não significa para Marx, de modo algum, conhecer a estrutura social e conhecer o modo integral de funcionamento de uma sociedade. Também nesse texto, repondo o que se poderia indicar como o que me parece ser o ideal teórico- metodológico de Marx: a máxima fidelidade do sujeito que pesquisa ao objeto pesquisado. Mas advirto: não nos espelhemos numa espécie de teoria do reflexo. A crítica demanda um sujeito ativo, rico em determinações. Só um sujeito criativo pode trazer à consciência um objeto concreto, que é síntese de múltiplas determinações. Isso posto, está claro que não cabe para Marx o molde de uma aplicação do método a um objeto particular. Gostaria de me deter nisso porque também considero - isso foi mencionado aqui na mesa - que um dos desastres da produção acadêmica consiste em se pretender aplicar um método a um objeto determinado. Houve um tempo, hoje isso já está meio superado, não se fala mais nisso, mas houve um tempo em que toda dissertação ou tese trazia um capítulo epistemológico onde o sujeito dizia quais eram os seus supostos!; depois a gente ia ler a análise lá na frente, raramente mantinha qualquer vinculação orgânica, qualquer vinculação eu diria viva, concreta, com os pressupostos. Ora, em Marx, esse é um caminho

que está claramente interdito. Eu quero mais uma vez lembrar que não estou falando dos marxistas; eu esto falando de Marx, estou me atendo exclusivamente a Marx. Nós sabemos que a universidade brasileira foi duramente marcada, em especial no final dos anos 70 e princípio dos anos 80, pelo viés das transposições diretas quando se pretendia achar dialética debaixo da cama, descobrir luta de classes na cozinha... Ora, o velho Marx não fez isso!. Posso sustentar isso aqui documentalmente, depois nós vamos ter um bom debate em torno disso. Quero insistir que para Marx a idéia de uma aplicação metodológica lhe é impertinente. Na investigação concreta, - e esse é o problema da investigação, e é também o problema da investigação histórica - na investigação concreta, cabe ao sujeito reproduzir racionalmente o objeto restituindo-lhe todas as suas (dele, o objeto) múltiplas determinações; não cabe ao sujeito trazer uma imagem do objeto, mas é claro que isso só se sustenta na medida em que trabalhamos com a concepção clássica ocidental de verdade. Infirmada essa concepção evidentemente essa construção carece de significado.

Nesse sentido, me interessa sinalizar como é que Marx trabalhava. E vocês me perdoem, especialmente aqui os meus companheiros de mesa, se eu vou chover um pouco no molhado, mas eu creio que não é chover no molhado. A minha prática acadêmica tem me trazido algumas experiências muito curiosas, especialmente na área das Ciências Sociais, Humanas. Estudantes e professores se apropriam de todo um léxico, de todo um conjunto de, eu diria não categorias, mas de noções, constroem um discurso absolutamente seguro e de repente, quando a gente começa a espremer, não sai nada. Eu costumo brincar que não há expressão que eu mais deteste do que aquela de processo dialético. Quero chamar a atenção de vocês que pela primeira vez eu estou falando essa palavrinha malvada aqui. Tudo aquilo que a gente não entende exatamente o que é, vira um processo dialético. Ninguém pergunta o que é, como é que Marx, depois eu quero dizer o que me parece isso tem a ver com a história. Como é que Marx trabalhava? Vamos deixar a formulação metodológica, como é que ele trabalhava?. Isso está documentado, eu diria, sobretudo nos grandes manuscritos de 1857, 58, que são uma espécie de diagrama, são o laboratório mental de Marx. Ali a gente pode perceber esse movimento com muita clareza. E Marx parte sempre de um dado empírico, de um dado da factualidade. O procedimento dele, qual é? é agarrar um fato empírico, eu diria um elemento efetivo, se vocês quiserem, um elemento da positividade. Ele opera simultaneamente em dois níveis de análise. O primeiro tipo de análise é a observação direta. O segundo tipo de análise é a observação indireta. Eu anotei a intervenção do Prof. José Carlos Reis, sobretudo quando ele falava das novas fontes que a "Escola dos Annales" elaborou, da diversidade das fontes. Um bom leitor de Marx localiza claramente nos procedimentos de Marx todo esse material, não só o documento oficial, não só a ata, mas todo um recurso heurístico, que é espantoso, abrangendo, inclusive, a biografia, o memorialismo da época. Marx trabalha isso, a experiência direta, a experiência indireta. E sempre opera um duplo corte, aquilo que os lingüistas chamam de trabalho no eixo das simultaneidades e o trabalho no eixo das sucessividades. Marx opera uma pesquisa diacrônica e simultaneamente uma pesquisa sincrônica e isto por uma razão de princípio eurístico, uma vez que a gênese não se confunde nem com o desenvolvimento nem com a estrutura. Portanto, a análise diacrônica não dá conta do significado. É preciso a análise sincrônica. Mas ele parte de elementos da factualidade, da positividade, trabalhando sincrônica e diacrônicamente, para buscar processos. Neste sentido, Marx opera segundo a velha tradição filosófica ocidental, posta hoje em questão pelos pós-

modernos, da distinção entre a aparência e a essência. Segundo Marx, para captar a aparência, para sinalizar o conjunto de processos de um fenômeno não é necessário nenhuma pesquisa. Basta mirá-la, basta verificá-la, basta constatá-la. Em Marx, a aparência não é descartada, não é secundarizada, mas ela tanto revela quanto oculta a essência. Donde, partir da aparência significa partir da factualidade para localizar processos que remetem a novos dados, que remetem a novos processos e que, portanto, permite, numa viagem regressiva, num caminho de volta, retomar aquela mesma factualidade que foi o ponto de partida inicial e encontrar nela, retirando da sua processualidade, os traços que a particularizam. E é evidente que Marx busca encontrar regularidades. Ele usa e seus leitores sabem e é bom não se impressionar com isso, ele usa rigorosamente o vocabulário da época. Ele quer encontrar leis, ainda que ele sempre insista no fato de que essas leis são tendenciais. Mas ele quer buscar leis. Leis de regularidades. Ora, nesse processo o que me chama a atenção, em primeiro lugar, é a relação sujeito-objeto. Marx conserva sempre a noção de que o objeto sobre o qual trabalha é um objeto produzido pelos homens. A objetividade particular desse objeto que se impõe aos homens mais além da representação que dele façam, isso não lhe retira o caráter de não ser um objeto natural. Daí pensarmos que a categoria fundante do pensamento de Marx é a categoria de classes. Isso significa que inevitavelmente o sujeito está autoimplicado no objeto. Não há uma relação de exterioridade na pesquisa do social, na pesquisa do sócio-histórico, na pesquisa do cultural, há uma relação de autoimplicação, que não é uma relação de identidade, mas uma relação de unidade. Em segundo lugar, Marx opera sempre com essa malfadada categoria da totalidade, tão posta em questão hoje e que necessita efetivamente ser repensada. É que Marx parte da noção de que não há nada irreduzível na realidade social. Para Marx a realidade social é um complexo constituído de complexos. Aqui de novo vem o débito de Marx com aqueles que o precedem. Quem conhece filosofia há de se lembrar daquela noção hegeliana do círculo constituído de círculos: a realidade é um complexo constituído de complexos. Isto significa que o dinamismo de cada um desses complexos não pode ser rebatido em outro. Trocando em miúdos, há em Marx sempre o enorme cuidado com a especificidade das distintas instâncias sociais. Isso põe a centralidade da categoria teórica da mediação. Essa categoria é uma categoria central em Marx. Especialmente aqueles que têm mais rodagem na academia sabem que o que caracterizou entre nós o marxismo vulgar foi precisamente a supressão de qualquer concepção mediadora da vida social. Há uma coisa aí chamada luta de classes e ela bate igualzinho na empresa, na escola, na família, onde quer que se vá. E é evidente que esse procedimento não tem absolutamente nada a ver com Marx. Na verdade, a questão posta por Marx é a questão da análise da particularidade, que ele entende como um campo de mediações entre a universalidade e a singularidade. É evidente que esse narrador aqui fala de um ponto de vista determinado. A mim me parece que esse enquadramento, esse guia de pensar o real, e voltaremos ao problema dos limites desse guia logo a seguir, não é algo que passe sem muitos problemas.

O primeiro problema é o cuidado em não fazer - isso já foi mencionado aqui na mesa e eu quero retornar a isso - de uma referência teórico-metodológica, uma maneira de estreitar o objeto. Referência teórico-metodológica só pode servir para abrir o objeto à intervenção do pesquisador. Nesse sentido é preciso lembrar sempre que os fenômenos são sempre mais ricos que as leis teóricas que se possam estabelecer sobre eles. A razão está sempre atrás da realidade, ela não esgota nunca a realidade. Isso lhe dá um sentido de claro conhecimento

relativo e não é a mesma coisa que uma perspectiva relativista de conhecimento. O segundo traço é aquele que me parece mais importante para arredondarmos essa conversa e abriremos o debate. É que Marx estudou o que? Nas nossas Universidades há um pedaço de Marx em cada departamento. Há um pequeno pedaço de Marx no Departamento de Sociologia, diga-se de passagem, mas ele está esquartejado entre vários outros departamentos. Os sociólogos o lêem enquanto sociólogos, os historiadores enquanto historiadores e assim por adiante e nós encontramos esse mosntrengo que é uma síntese enciclopédica de todas as ciências sociais. Ora, é preciso restituir a historicidade essencial de Marx. Marx não se enquadra na nossa grade pulverizada de ver o mundo segundo o objeto específico das Ciências Sociais. Marx não é uma síntese de Sociologia, Antropologia, todos os “ismos” e “ias”. Marx é um pensador que inaugura um modo determinado de ver a realidade. Nesse sentido, para Marx, é inteiramente legítima a formulação célebre lá de 1845 que de alguma maneira me autoriza com essa aparente autoridade a conversar com vocês. Só reconhecemos uma ciência, a ciência da história. É que em Marx, a noção de historicidade, do ponto de vista ontológico e a noção reflexiva de história, são absolutamente abrangentes. Logo, essa crise contemporânea de saber onde começa a Antropologia e acaba a Sociologia da Cultura, saber onde é que começa a Micro-sociologia e seus limites com a Psicologia Social, esse problema não se põe para Marx. O que não quer dizer que Marx tenha uma receita para explicar desde a crise do capital, a calos e calosidades. Na verdade é preciso deixar bem claro que a obra de Marx padece de um limite central. Marx se propôs como objeto a análise da ordem burguesa, e só nos deixou um nível dessa análise, um, o nível do seu movimento econômico, mais exatamente, o nível do movimento do capital. Foi isso que ele nos legou. E insistindo sempre que esse é o ponto de partida para a análise da sociedade; não a esgota em absoluto. Mas há aí dois problemas que me parecem que estão até hoje, dos finais do século passado até hoje, apoquentando todos aqueles que simpática ou antipaticamente, para usar o termo segundo os velhos gregos o tratavam, se relaciona com Marx. O primeiro problema dia respeito ao âmbito de validade dessa leitura da história. Durante muito tempo, e ainda há figuras que sustentam isso, a concepção de história de Marx e de historicidade, é a chave heurística para desvendar de Adão ao comunismo desenvolvido, ou seja, para aquém e para além da ordem burguesa. Eu penso que a universalidade do pensamento de Marx está restrita rigorosamente aos quadros da ordem do capitalismo. Quem quiser estudar o que veio antes ou depois, evidentemente se vier depois alguma coisa, apenas com o marco de referência de Marx, seguramente vai se dar mal. Marx é explícito quanto a isso, está pensando a ordem do capital. Para além ou para aquém disso são necessários outros recursos heurísticos, que Marx não fornece, aliás nem pretendia. O segundo elemento é um elemento muito tenso, que eu suponho que os historiadores profissionais devem ter padecido para resolvê-lo em cada situação determinada; é essa, a palavra é miserável, é essa estranha dialética entre necessidade e liberdade. Como é que isso joga em conjunturas históricas precisas? Não há receita prévia para isso; é preciso investigar.

Mas agora eu quero retornar, para fechar, ao meu primeiro ponto. Quais são as críticas que no marco da pós-modernidade, no marco contemporâneo, são feitas a essa abordagem de ordem metodológica? Nós podíamos escolher vários bons interlocutores de Marx. Primeiro Weber, mas vocês sabem que Weber desenvolve toda sua teoria do pluricausalismo, a fórmula de Weber é conhecida, quando eu encontro uma única explicação para o fenômeno social, podemos ter certeza que essa explicação é falsa. E me parece que Weber tem toda razão nisso.

Qualquer forma de monocausalismo é basicamente redutora. Só que Weber estava discutindo com a Segunda Internacional, não com Marx. Ele transfere uma leitura precisa para o conjunto da obra. Podíamos lembrar as críticas de Durkheim, mas eu preferia ficar com um autor contemporâneo que nesse momento faz furor em algumas universidades brasileiras. Trata-se do professor Boaventura de Souza Santos, que é um sociólogo português da melhor, como dizem os portugueses, um sociólogo de primeira água, e que no seu último livro publicado aqui no Brasil, “Pela mão de Alice”, tem dois capítulos onde ele enfrenta abertamente a discussão com Marx. Eu fiz uma análise disso num texto que saiu pela revista da UFRJ, e vou rapidamente sinalizar quais são as críticas que o professor Boaventura faz, e que são as críticas não apenas pós-modernas, pois esse elenco de críticas vem, eu diria, desde 1890. A primeira crítica é a idéia do reducionismo. Há em Marx um reducionismo econômico. Eu penso que essa crítica não se sustenta quando tratamos a textualidade de Marx. Marx não é um autor fatorialista, há um fator econômico, um fator político, um fator... isso não existe em Marx. Na medida em que Marx opera sistematicamente com a categoria da totalidade esta crítica é impertinente com relação a Marx. A segunda crítica é aquela que vem sobretudo de Liotard mas já vem de antes. Trata-se da idéia da metanarrativa, dos grandes relatos. Os marxistas seriam ótimos para grandes painéis, um objeto microscópico não serve, então eu vou para a fenomenologia, vou para outras alternativas. Isso parece um equívoco. Não é o “tamanho do objeto” que define a sua relação com a totalidade. Eu posso fazer micropesquisas conservando uma perspectiva ampla de sociedade, do processo social e de história. A terceira idéia é a do determinismo, como se houvesse em Marx um determinismo econômico. É evidente que Marx opera como um militante, que freqüentemente tem que dar pílulas de convicção, do tipo “o socialismo vem, nós temos que nos organizar”. Marx não foi um profissional que trabalhou com bolsa do CNPq, como nós. Ele era um pesquisador que estava colado no movimento social e é evidente que esse é um elemento constitutivo das suas concepções teóricas e de seu método expositivo; não há que perder isso de vista. Mas eu diria que é perfeitamente possível provar textualmente, e já há estudos a esse respeito, que em Marx não há um determinismo no sentido de imaginar a história com teleologia. Os sujeitos históricos operam teleologicamente, mas a história não tem teleologia. O aspecto final é a idéia de evolucionismo. É claro que Marx tem uma leitura evolutiva da sociedade humana, quanto a isso não resta a menor dúvida. O que me parece fundamental é distinguir uma concepção evolutiva de uma concepção evolucionista, que supõe que haja uma teleologia já contida no princípio. Penso que essa crítica é impertinente também com relação a Marx. Ora, finalizo chamando a atenção para o seguinte: nenhuma dessas críticas é moderna, nenhuma delas é nova, todas essas críticas já remontam ao século XIX, remontam fundamentalmente à constituição da segunda internacional, a partir de 1889. Isto quer dizer o seguinte: se a minha hipótese de trabalho está correta, essas críticas são pertinentes a boa parte da produção marxista, mas a produção marxista não se confunde, nem se identifica com a produção marxiana, o que não quer dizer que sejam autônomas, por favor, podemos discutir isso depois, mas eu diria que a produção marxiana tem um estatuto distinto das várias linhas de exploração e desenvolvimento da tradição marxista.

Queria terminar dando para vocês uma sugestão que me é posta sempre quando eu inicio meus cursos de instrução sobre métodos e teoria: na Inglaterra dos anos 40 e 50, havia um marxista extremamente qualificado chamado George Thompson (por favor não confundir

com xxx Tompson (?), historiador que nesse momento faz tanto sucesso no Brasil). O G. Thompson era um historiador da cultura e se meteu a estudar a velha Grécia. Conhecia Marx como ninguém, e produziu alguns estudos interessantíssimos sobre o drama, mais exatamente a tragédia grega do período clássico. Pouco depois, trabalhando no exílio nos Estados Unidos, um pensador alemão, absolutamente alheio à tradição marxista, W. Jaeger, tomou o mesmo objeto que era a Grécia clássica, e produziu uma obra monumental chamada "Paidéia, os ideais da cultura grega". Eu, como marxista, tomo o meu companheiro inglês e vejo que ele fez um estudo interessante; tomo o alemão que não tinha nenhuma lição de marxismo e vejo que ele fez um estudo monumental sobre a cultura grega. Com isso eu retorno à minha colocação inicial, ou seja, nenhuma formação teórico-metodológica é garantia de êxito de investigação. Ela é um dos componentes da investigação e deve ser um componente fundamental. Não há pesquisa rica feita por sujeito ignorante, mas só o sujeito culturalmente rico não constitui garantia para o êxito da pesquisa. Quase sempre nós temos uma noção muito linear da pesquisa, sobretudo quando a gente lê as teses. O sujeito formulou hipóteses, encontrou variáveis, fez uma pesquisa riquíssima. Quem faz pesquisa sabe que não é assim. há idas e vindas, você abandona supostos, tem que reciclá-los, retificá-los, freqüentemente a hipótese inicial serviu só como um condutor que foi logo substituído quando você encontrou o rumo. Nesse sentido,- sem nenhuma observação que acene para um anarquismo metodológico ou teórico-metodológico, porque isso não faz parte da minha visão,- eu chamaria a atenção para o conjunto de cautelas que devemos ter, que o bom mesmo é o resultado da investigação, é o produto dela. Quando se tem um produto rico na mão, pouco importa saber de onde é que ele veio, o que importa é que abre o nosso olho para o mundo. E nesse sentido, a distinção entre filosofia da história e teoria da história, me parece significativa. É que a filosofia da história quer mais do que o conhecimento, quer conhecer e orientar; nesse sentido se trata de uma pedagogia social. Muito obrigado.